

INTERESSADO : JOSÉ CARLOS BARBOSA
 ASSUNTO : Equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem em Escola SENAI
 RELATOR : Cons. Eloysio Rodrigues da Silva
 PARECER CEE Nº 1884 /75 - CPG - Aprov. em 25 / junho /75

Com. ao Pleno 16/ 07 /75

I - RELATÓRIO

I. HISTÓRICO:

1.1 José Carlos Barbosa, filho de Moacir Barbosa e de dn^a. Gina Aleixo Barbosa, nascido em Marília - SP, a 11 de maio de 1944, domiciliado e residente na Rua Boa Vista nº 162 - Bairro da Boa Vista em Limeira - SP, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Roberto Mange", em Campinas, solicita pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular de 1º grau.

1.2 É o seguinte o histórico escolar do requerente:

1.2.1 curso primário, com a duração de 4 (quatro) séries no Grupo Escolar "Coronel Flaminio Ferreira", em Limeira;

1.2.2 curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 3 (três) "graus", na Escola SENAI "Roberto Mange", em Campinas, onde estudou : Língua Portuguesa, Matemática, Ciências (Físicas e Biológicas), Desenho, Educação Física e Prática de Oficina;

1.2.3 em 20 de dezembro de 1961 recebeu o Certificado de Aprendizagem correspondente à conclusão do Curso de "Mecânico de Automóvel".

1.3 A documentação escolar esta em ordem e atende às exigências da Resolução CEE - nº 19/65,

PROCESSO CEE Nº 2459/75 PARECER CEE Nº 1884 / 75

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem e equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente a das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5 - O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 - O requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de 3 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 3 "termos", ou ainda de 3 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excendendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do artigo 12, Deliberação CEE n° 14/73, isto é, 720 horas (2880:4 séries = 720 horas/aula, por série).

2.7 - O elenco de matérias do currículo do curso que o interessado realizou e equivalente ao previsto pela Resolução CFE n° 8/71, mas não incluiu História do Brasil, Geografia do Brasil e Educação Moral e Cívica.

2.8 - Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto,, jurisprudência firmada a respeito.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por José Carlos Barbosa no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Roberto Mange", em Campinas, como equivalentes aos cumpridos na 7ª série, podendo-se, portanto, autorizar-lhe a matrícula na 8ª série do ensino do 1º grau.

A escola que acolher a matrícula do interessado devera submetê-lo a processo de adaptação em História do Brasil, Geografia do Brasil, Educação Moral e Cívica, História Geral e Geografia Geral e nas outras disciplinas em que tal processo seja considerado necessário.

São Paulo, 25 de junho de 1975

a) Cons. Eloysio Rodrigues da Silva - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Primeiro Grau adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Rachel Gevertz.

Sala da Câmara do Primeiro Grau, 25 de junho de 1975

a) Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar

Presidente